
PREFÁCIO

Luciana de Melo Costa

Carregamos como herança técnica e humanística de Josué de Castro, referência em segurança alimentar nutricional, um olhar sobre a fome que evidencia condições locais e hábitos culturais tão bem estruturadas em sua obra “Geografia da Fome” (1946), apontando razões geradoras deste flagelo em cada região do país, que perpassam por fatores de desenvolvimento econômico, sustentabilidade e meio ambiente, sociopolíticos e de saúde coletiva, oferecendo, assim, indicadores para formulação de políticas públicas.

Enquanto avançamos um pouco no tempo, constatamos que o pensamento global, após as consequências nefastas da Revolução Verde no pós-guerra de 1940, uniu-se em formato de pacto global para erradicação da pobreza, onde a fome zero é o número dois dentre os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, pontuando esforços que as nações deveriam fazer até 2030, em prol da qualidade de vida do planeta e justiça social.

Este ODS N° 2 trata especificamente da fome zero e agricultura sustentável, estabelecendo metas como acesso a todas as pessoas, com ênfase aos vulneráveis, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para que possamos afirmar que estamos verdadeiramente em segurança alimentar nutricional e que possa também modificar para melhores índices ou até de forma muito otimista erradicar a fome no mundo.

Uma análise cronológica rápida nos diz que o Brasil, começou a construir essa mudança a partir dos anos 2000 e conseguiu por conta do investimento em políticas públicas sair do mapa da fome em 2014, tendo como destaque o PNAE, pelo volume, natureza do investimento no pequeno produtor, valorização do produto local e sua destinação final ao prato de cerca de 40 milhões de alunos.

Mas a notícia desconcertante é que estamos voltando, lamentavelmente, para este vergonhoso mapa onde vários são os culpados. Talvez o primeiro pensamento seja a Pandemia do Novo Coronavírus, e este é sem dúvida nosso flagelo e vilão neste momento, mas a verdade é que passamos por desinvestimos nos últimos cinco anos, com consequências igualmente nefastas.

Por outro lado, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), realizou recentemente O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, apurando que 55,2% dos domicílios brasileiros (116,8 milhões de pessoas) conviveram com algum grau de insegurança alimentar em dezembro de 2020, e 9% passou fome literalmente.

Ainda, para nossa reflexão o Brasil alcançou em 2020 a expressiva posição de 3º maior produtor de alimentos e o 2º maior exportador, mas é preciso entender que as exportações se referem ao agronegócio que é “tech”, é “pop”, é “tudo”! Mas no nosso cotidiano o agro que fica é o “produto local”, “o frescor”, “a cultura alimentar de um povo”.

Isso posto, acredito ser de domínio público que a refeição na escola pode ser o único alimento diário de milhões de estudantes brasileiros e por vezes, embora seja a real crueldade social, é um fator que contribui para assiduidade nos bancos escolares.

Este livro se propõe a discorrer sobre tópicos importantes e de relações possíveis ao bom êxito e mesmo fragilidades no cenário atual do PNAE.

E neste contexto, como cogestora que fui do PNAE em Itanhaém de 2010 até 2019, sinto-me honrada em prefaciar este livro e muito grata, pois a participação e concretude que se pode dar na ponta faz a diferença entre realmente aplicar e comemorar resultados e a inoperância e perda nutricional e social.

Ao realizarmos de fato a aquisição dos 30% da agricultura familiar local, uma gestão mais consciente é despertada, um novo olhar para tudo que se refere ao processo produtivo, desde diagnósticos do público alvo, sua real capacidade produtiva e tomada de decisões que podem se traduzir até em políticas públicas municipais, articulações setoriais.

É possível fazer com que filhos se alimentem dos produtos de seus pais, e que assim se amenize o êxodo rural, forjar guardiões de meio ambiente, resgatar produtos perdidos ao longo do tempo respeitando a cultura gastronômica local e de comunidades tradicionais.

Sistemas agroalimentares locais ganham força, sem a presença de atravessadores, tendo como um dos grandes ganhos a visibilidade sociopolítica do pequeno agricultor familiar e no nosso caso, também, do agricultor indígena e pescadores artesanais.

O controle social, papel importante do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), sofre ainda por falta de capacitação, suporte nos municípios, mas sendo mutiplural e de caráter fiscalizador é uma instância de extrema importância e que deve ocupar seu lugar de fato e de direito.

Considero a iniciativa do Grupo de Pesquisa da Alimentação Escolar (GPAE), um passo importante, para além da sensibilização de seus pesquisadores com o tema, estabelecendo um vínculo importante de cooperação da academia na consolidação de uma política pública do peso do PNAE. Uma ponte de cooperação desejada e benéfica, porque a ciência nos mostrou nesta crise sanitária, o quanto o estudo e a pesquisa científica podem ser o diferencial na perpetuação da vida humana.

Espero que esta leitura acrescente conhecimentos e te desafie a ajudar a melhorar ainda mais o PNAE no seu município!

Luciana de Melo Costa
Gestora de SAN
Itanhaém/SP

